

ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada. Na condição de presidente da comissão de Prevenção e Combate às Drogas não poderia deixar de falar, nesta tarde, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é médico e entende bem dessa área, sobre a Lei Antifumo, que passa a vigorar a partir de hoje, nesta quarta-feira, em todo o país.

É bom lembrar, sr. presidente, telespectadores e ouvintes da Rádio Alesc Digital, que a cada cinco minutos morre um brasileiro vítima do fumo.

Portanto, durante esses dez minutos que dispomos para falar, dois brasileiros nos deixaram vítimas do cigarro, do tabaco.

É claro que todos estamos cansados de ouvir pelo noticiário ou através de amigos, de médicos, os malefícios do cigarro, mas parece que isso não tem sido o suficiente. Sabemos que o cigarro contém substâncias cancerígenas, talvez mais de 40, que ele aumenta a pressão arterial, a frequência cardíaca e três vezes o risco de infarto. Também causa impotência sexual, derrame cerebral, irritação dos olhos, da pele, da garganta, o que não é o caso do deputado Kennedy Nunes, que não é fumante, mas tudo isso são malefícios do cigarro e nós sabemos disso de cor e salteado.

Ocorre que em 2011 foi aprovada uma lei antifumo no Congresso Nacional e que só hoje passou a entrar em vigor. E essa lei muda um pouco a vida, em especial, dos que fumam e dos que não suportam conviver com a fumaça do cigarro. As opções de lugares para fumar ficaram bem mais reduzidas com a lei que entra em vigor hoje em todo país, isso que a referida lei foi aprovada em 2011, mas só agora passa a vigorar, ela vai ter uma ascendência direta pelo menos para 11% da população brasileira, atingindo mais de um milhão de estabelecimentos que devem observar a nova legislação.

A nova norma proíbe charutos, cachimbos, cigarrilhas, enfim, outros produtos do gênero em locais de uso coletivo, públicos ou privados, como *hall* e corredores de condomínio, restaurantes, clubes, mesmo que o ambiente esteja só parcialmente fechado por uma parede, por uma divisória, um teto ou até um toldo. Também estão vedados os chamados fumódromos.

E estava dando uma olhadinha no conteúdo da lei e ela observa também que os fumantes não serão alvos da fiscalização, mas, sim, os estabelecimentos comerciais, que precisam garantir o ambiente livre de tabaco, orientando os clientes sobre as questões legais e das penalidades, que variam de R\$ 2 mil a R\$ 1,5 milhão.

Mas vale a pena, para título de informação, observar o que a lei diz a partir dessa quarta-feira:

(Passa a ler.)

"Onde pode fumar:

- Vias públicas;
- Parques e praças;
- Residência;
- Mesas de bares e restaurantes, desde que a área seja aberta e haja uma barreira física que impeça a entrada de fumaça no estabelecimento;
- Tabacarias;
- Cultos religiosos, desde que faça parte do ritual."

Alguns cultos religiosos em que a fumaça é necessária, lamentavelmente.

(Continua lendo)

"Onde não pode fumar:

- Na área anexa de bares e restaurantes, mesmo que seja em área pública independentemente de ser aberto;
- Em hall ou corredores de prédio residencial ou comerciais, independentemente de ser em área aberta;
- Áreas próximas a bares, boates, padarias, cafeterias e que nada impeça a entrada de fumaça no local;
- Embaixo de prédios residenciais;
- Shows, ainda em que locais parcialmente fechados;
- Clubes;
- Universidades, museus, bibliotecas e espaços de exposições."

Acreditamos que é um avanço no que diz respeito à saúde pública no Brasil. E para nós, catarinenses, aplaudimos finalmente a decisão de se colocar em vigor esta lei, como já disse, aprovada em 2011, mas que apenas hoje, a partir de 2014, foi definindo muito bem onde se pode e aonde não se pode fuma, com a chamada Lei Antifumo.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital nesta tarde de quarta-feira.

Vou ler dois documentos que são de autoria dos dirigentes dos Sindicatos dos Trabalhadores de Processamento de Dados aqui de Santa Catarina, o SINDPD, que busca se manter como sindicato, independentemente de governos, partidos políticos e direção das empresas. Com são documentos mais ou menos amplos, passo imediatamente à leitura.

(Passa a ler.)

"Quem sempre defendeu o trabalhador agora mudou de lado.

É isto o que está acontecendo no Serpro, uma empresa pública federal, aliás, a maior empresa pública de TI da América Latina, com mais de dez mil trabalhadores.

A direção do Serpro, hoje composta por petistas, parece que esqueceu as suas origens e vem punindo trabalhadores desde o ano de 2013 porque estes aderiram à greve. As punições ocorrem nas campanhas salariais de 2013 e de 2014 e estão sendo investigadas pelo Ministério Público do Trabalho.

Em 2013 a diretoria do Serpro em conluio com a Fenadados - entidade cotista que tem se mostrado muito íntima com a da diretoria do Serpro -, decidiu por cobrar os dias de greve de forma discriminatória. Isto mesmo, resolveu cobrar os dias de greve apenas de parte dos trabalhadores. A cobrança foi apenas dos estados em que as representações dos trabalhadores não são filiadas à Fenadados, e por consequência à CUT.

Isso é uma afronta ao direito da liberdade de associação sindical. O caso encontra-se em litígio e precisou de interferência da Justiça do Trabalho que concedeu uma antecipação de tutela aos trabalhadores de Santa Catarina, impedindo que os descontos dos salários fossem realizados.

Em 2014 os trabalhadores de Santa Catarina foram punidos novamente durante a greve, mas desta vez as punições foram mais graves. Além de descontarem os dias de greves antes do fechamento da campanha salarial, a diretoria petista do Serpro puniu os trabalhadores com advertências severas. E os trabalhadores que se atreveram a continuar no movimento grevista receberam suspensões.

É um absurdo que dirigentes de empresas federais filiadas e indicados pelo próprio PT punam trabalhadores que realizam a greve legalmente deflagrada. Isso é uma afronta às leis e também à ética de um partido que se diz defensor do trabalhador. Talvez esse devesse propor uma mudança de nome, de PT para PPU: Partido dos Patrões Unidos.

Em julho de 2014 os empregados do Serpro de Santa Catarina realizaram uma semana de greve no form. Foram seguidos todos os trâmites legais e a empresa foi comunicada com antecedência através de ofício protocolado. Nos três primeiros dias de greve os chefes foram orientados pela diretoria petista do Serpro a punir os empregados que participaram da greve. Foram aplicadas as advertências severas. Conforme as normas da empresa caberiam duas defesas a serem respondidas pela gerencia e pela superintendência.

No dia 16 de julho de 2014 as punições foram aplicadas cinco minutos antes da assembleia que decidiria pela continuidade da greve. Inclusive teve o caso de chefe punindo empregado que já estava a caminho da referida assembleia com o objetivo de que os trabalhadores desistissem da greve.

Os grevistas que continuaram e fizeram mais dois dias de paralisação foram suspensos por motivo de reincidência. As suspensões foram dadas antes mesmo que as defesas e as advertências tivessem sido julgadas. Ou seja, a punição aumentava na medida em que os trabalhadores davam continuidade à greve. O objetivo dos patrões petistas foi atingido: enfraquecer a greve.

Em 27 de agosto a Justiça do Trabalho acatou um pedido de antecipação de tutela feito pelo SINDPD de Santa Catarina, decidindo, '...que o réu se abstenha de efetuar descontos salariais em razão da participação na greve parcial ocorrida em 2014...'

As advertências severas e as suspensões que se concretizaram e trouxeram diversos prejuízos aos trabalhadores, incluindo a proibição por dois anos de participar de processo de encarreiramento por mérito e por tempo de serviço.

Novas retaliações são temidas e diversos trabalhadores relataram ao SINDPD de Santa Catarina a existência de perseguição. O receio dos trabalhadores também é de prejuízos futuros no encarreiramento, pois os mesmos chefes que aplicam as punições são os que têm o poder de decidir, de forma subjetiva, quais serão os próximos promovidos no setor.

Sendo mantida esta arbitrariedade, todos os trabalhadores punidos ficarão com o seu histórico funcional manchado, pois o procedimento da gestão de pessoas do Serpro é de registrar a advertência e a suspensão no dossiê profissional punido.

Atualmente o caso está em litígio, na Justiça do Trabalho e está sendo investigado pelo Ministério Público do Trabalho, por meio do Inquérito Civil n.639/2014."

Acreditem srs. deputados, uma empresa pública federal com direção petista está punindo trabalhadores por fazerem greve! E se trata de uma greve legalmente deflagrada, com assembleia registrada em jornal através de edital e com comunicação de greve, realizada através de ofício obedecendo o prazo legal de 48h.

Bom, então, esta é a notícia que a direção do Sindicato dos Trabalhadores de Processamento de Dados de Santa Catarina nos trouxe na tarde de ontem. Fizemos a leitura de nota que vai assinada pelo SINDPD, de Santa Catarina.

Outro documento que infelizmente não me restará tempo suficiente para lê-lo por inteiro, trata justamente do mérito e do motivo que levou a estas greves, especialmente a de 2014 qual seja a

redução da jornada de trabalho para as 6h ininterruptas. E é uma pauta nacional dessa categoria, dos Trabalhadores da Tecnologia de Informação, inclusive dos trabalhadores de empresas públicas federais, mas também de empresas estaduais. Aliás, aqui em Santa Catarina o Ciasc que é uma empresa pública estadual de Tecnologia da Informação, já adotou às 6h ininterruptas. E o motivo da greve de 2014, essa que ensejou todas as punições, era justamente pela jornada de trabalho de 6h, pois feito dessa forma. Os trabalhadores não foram para casa esperar o dia do encerramento da greve para voltar ao trabalho, os trabalhadores do Serpro realizaram 6h de trabalho durante a greve. A greve foi essa: realizar 6h de trabalho por dia. E aí evidentemente que isso entrou em choque com a direção da empresa ocasionando essas punições. Concordamos com o texto do Sindicato de Processamento de Dados, pois realmente a direção da empresa Serpro, do governo federal, precisaria fazer diferente esse debate.

Aliás, o histórico da luta mundial da classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho é um assunto deveras sério e necessário. Nós vivemos numa sociedade em que para a tecnologia pela evolução, o desenvolvimento tecnológico, movimento das forças produtivas, é necessário que reduzamos cada vez mais a jornada de trabalho. É evidente que isso precisa ser em escala mundial enquanto estivermos em uma sociedade capitalista. Mas é um debate que precisa ser feito no Brasil também. E num país e numa sociedade cuja uma entidade é dirigida por um Partido dos Trabalhadores, há de se esperar que seja um debate fácil de fazer com relação aos chefes de uma empresa pública, até porque existem estudos que comprovam que quanto mais hora extra menos produtividade. E numa jornada de trabalho menor, o tempo de trabalho é mais produtivo, existe mais qualidade de vida para os trabalhadores e também mais qualidade no serviço apresentado à sociedade. Há pesquisas científicas que comprovam isso e é preciso que o conjunto da sociedade, especialmente os poderes públicos e os governos, prestem atenção nesses

detalhes. É um absurdo que uma greve pela redução da jornada de trabalho seja punida de forma severa como foi pela direção do Serpro, parabéns ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, nossos cumprimentos aos deputados, as sras. deputadas, aos catarinenses que estão nas galerias desta Casa e aos que nos ouvem pelos meios de telecomunicações. Cumprimento todos os vereadores que estão presentes num dos plenários desta Casa participando do Encontro de Vereadores, saúdo todos em nome do vereador Alemão Contezine, de Rio do Campo, e demais visitantes, pessoas que estão participando dos nossos trabalhos, como o Renato Figura, de Canoinhas e a professora Elizabete.

Mas, queria comentar, sr. presidente, um assunto que está muito em evidência: o bom político. Todo mundo se preocupa e nós, parlamentares, nesta Casa, na nossa atividade, no dia a dia, tentamos entrar nessa frequência para ganhar essa classificação da população. É transmitido para a população que o deputado bom é aquele que elabora muitos projetos e muitos deputados se preocupam em elaborar projetos para atender à população. Não há preocupação se o projeto vai causar efeito especial, apenas a contagem de quantos projetos foram elaborados pelo deputado.

Mas naturalmente nessa angústia devemos reconhecer que também se busca soluções que, de fato, são boas. Eu, por exemplo, apresentei um projeto de lei que considero fácil de cumprir. Foi aquele projeto com relação às empresas de evento que vendem ingressos para shows: teatro, música e futebol. Há alguns meses, as pessoas que têm direito a meia-entrada não podiam comprar os seus

ingressos pela *internet*, apenas o ingresso inteiro. Portanto, para comprar a meia-entrada teriam que ir até o balcão do evento.

Num evento, por exemplo, que fosse ocorrer na cidade de Chapecó, a pessoa com direito à meia-entrada, para poder comprar o ingresso teria que ir até a referida cidade. Seria uma operação impossível! Era esperteza desse grupo de empresas que colocava o ingresso inteiro à disposição e o meio não.

Outro projeto que eu considero bom foi o projeto de lei com relação aos acadêmicos, estudantes que ganham a bolsa de estudos do art. n. 170 e que, até o ano retrasado, deixava o aluno angustiado, porque se o governo do estado não repassasse o valor da bolsa de estudos para a faculdade onde o aluno estava estudando, a Reitoria da instituição iria no pescoço do aluno para cobrar a mensalidade inteira. Por exemplo, se o aluno ganhasse uma bolsa de estudos com um desconto de 30%, esse percentual quem pagaria seria o governo do estado e, o restante, 70%, o estudante, mas quando o governo não repassava o valor ou demorava a pagar, a Reitoria cobrava o valor total do aluno.

Nós, então, fizemos uma lei em que o aluno seria responsável apenas em pagar os 70%. Os outros 30% a Reitoria, o reitor, que cobre do governo. O reitor pode falar com o governador quando desejar, seja por telefone ou marcando uma audiência de um dia para outro. Com certeza qualquer reitor de Santa Catarina pode fazer isso que o governador o recebe. Portanto, se o governo atrasar o valor da bolsa de estudos dos estudantes, o reitor é que tem que ir até o governador e pedir, e não o aluno, que não tem acesso ao palácio. Esse projeto é de minha autoria e eu o considero bom.

E assim, certamente, cada deputado deve ter algum projeto que seja bom e que o orgulhe. Eu sou autor de um projeto de lei que diz que o governo não deveria cobrar ICMS dos hospitais, porque o governo não ajuda o custeio dos hospitais, cobra 30% da conta da luz e telefone a título de ICMS.

Por que cobrar se não ajuda? Esse projeto já foi aprovado na comissão de Constituição e Justiça e eu duvido que algum deputado vote contra. Mas depois a equipe técnica do governo vai argumentar que esse projeto é inconstitucional e o projeto voltará para esta Casa como mensagem de veto, ou seja, a sugestão que o deputado deu e que parece lógica, de acordo com a lei, não é possível, pois não cabe ao deputado fazer lei que desonere, que impeça o governo de cobrar. Então o governo manda para esta Casa, assim como o prefeito às Câmaras Municipais, projetos que aumentam os tributos, mas o Poder Legislativo nunca pode mandar de volta para o governo projetos que diminuem os tributos.

Por isso, na nossa história, época em que o Brasil pertencia a Portugal, tínhamos uma carga tributária de 15% ou 20% e todos nós já ouvimos falar que nessa época havia um imposto chamado quinto, que representa 20%. E assim temos situações que decorrem dos fatos históricos como a Inconfidência Mineira, a Proclamação da Independência do Brasil, consequência do descontentamento do quinto, contra os 20% que o governo cobrava de tributos, na época. Vamos imaginar a proclamação que ocorreria hoje, porque temos atualmente 40% de tributos.

Os deputados desta Casa, todas as Assembleias Legislativas, todos os vereadores do Brasil, ninguém pode apresentar projeto de lei ao Poder Executivo diminuindo tributos, porque é considerado inconstitucional. Vejam que lei extraordinária! Que coisa maravilhosa! Qual é a nossa verdadeira participação como deputados se podemos aprovar aumentos, mas não podemos diminuir impostos do governo?

Mas existe agora e foi aprovado no Congresso Nacional, um projeto de lei chamado Orçamento Impositivo, que diz o seguinte: O que o Congresso Nacional aprovar a presidente precisa cumprir. Se isso fosse aplicado em Santa Catarina, na Câmara dos Deputados, algumas emendas que os deputados colocam no Orçamento o Poder Executivo teria que cumprir. E por que isso? Porque isso iria diminuir um pouco a barganha do Poder Executivo sobre o

Poder Legislativo. Na verdade, o que acontece é que o Poder Legislativo aprova o que o Poder Executivo quer, e quando é muito difícil, quando é alguma coisa ou alguém que é drasticamente culpado, pode até o Executivo mandar outro projeto de lei, como é o que está acontecendo com o Projeto de Lei n. 036, com o projeto de lei que desobriga, que absolve, que perdoa, a presidente da República por ter gastado demais, além do que prevê a Lei da Responsabilidade Fiscal, ultrapassado o que prevê a Lei Orçamentária, e, para compensar isso, terá que lançar moeda, gerar inflação. E manda um projeto de lei para o Congresso Nacional dando mais R\$ 750 mil para cada deputado distribuir aos seus municípios, dessa forma, o deputado faz uma média junto à população e passa por bom deputado, porque ajudou a calçar uma rua, melhorar alguma infraestrutura na sua cidade. Mesmo não dando para fazer muita coisa com R\$ 750 mil, iludem, então, o deputado e a própria população, para que perdoem o deputado por aquele voto ruim que deu e por uma conduta que a presidente teve por não ter respeitado a lei.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados colegas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público presente.

(Passa a ler.)

"Hoje vou abordar um assunto muito sério, que precisa despertar a atenção da sociedade, em especial, dos jovens catarinenses.

Essa semana foram apresentados números da Aids no Brasil e ficou confirmado que há um grande crescimento de casos entre jovens.

Santa Catarina possui atualmente 27 mil casos registrados de HIV. Dados divulgados pelo ministério da Saúde e pela Vigilância Epidemiológica mostram que o número cresceu. Além disso, seis das 15

idades com maior incidência da doença em relação à população total estão no estado: Balneário Camboriú, Criciúma, Biguaçu, Florianópolis, São José e Itajaí.

A combinação de medicamentos distribuídos gratuitamente pelo SUS garante mais qualidade de vida ao paciente. Ao mesmo tempo, isso pode ter gerando a falsa ideia de que a doença já não preocupa mais.

Os números mostram que a doença avança a cada ano no Brasil e com um agravante em Santa Catarina: o número de vítimas não diminuiu, mas permanece estável desde que o coquetel começou a ser distribuído. De acordo com a diretoria da Vigilância Epidemiológica do Estado, uma das explicações é a dificuldade de adesão. A associação com o consumo de drogas faz com que, embora exista a distribuição do medicamento, não tenhamos a adesão necessária. Outro dado que preocupa autoridades da saúde é o diagnóstico tardio.

O ministério da Saúde e a Vigilância Epidemiológica confirmam que em nosso estado pelo menos um terço de todas as pessoas infectadas com o HIV não sabem que estão com o vírus. Além disso, de acordo os dados oficiais, cresceu a incidência da doença entre heterossexuais, mulheres, população de baixa renda e no interior do estado.

A realidade é que caiu o número de mortes por Aids no Brasil, mas aumentou a incidência de casos entre homens jovens de 15 a 24 anos, segundo dados do Boletim Epidemiológico HIV-Aids divulgados nesta segunda-feira, Dia Mundial de Luta contra a Aids. De acordo com o boletim, houve uma queda de 13% na mortalidade por Aids no Brasil entre 2000 e 2013. Do total de mortes em decorrência da doença ocorridas no período, 198 mil ou 71% ocorreram entre homens, e 79 mil, cerca de 29%, entre mulheres. O coeficiente de mortalidade caiu 67% nos últimos dez anos, passando de seis casos de mortes por 100 mil habitantes em 2004, para 5,7 casos em 2013.

De acordo com o novo boletim epidemiológico, cerca de 734 mil pessoas vivem com HIV no país. Deste total, 80%, ou seja, 589 mil foram diagnosticadas. Desde os anos 80 foram notificados

757 mil casos de Aids no país. A epidemia no Brasil está estabilizada, com taxa de detecção em torno de 20,4 casos a cada 100 mil habitantes. Isso representa cerca de 39 mil novos casos de Aids ao ano. Segundo o boletim, houve queda de 36% em transmissão vertical nos últimos dez anos em crianças menores de cinco anos e o coeficiente de mortalidade por Aids caiu 67% no mesmo período.

Em 2013, cresceu 29% o número de pessoas em tratamento de Aids no Brasil, comparado com o ano anterior. De janeiro a outubro, 61 mil iniciaram a terapia para controlar o HIV, de acordo com o ministério da Saúde. No entanto, 200 mil pessoas ainda não têm acesso ao tratamento e 150 mil pessoas têm HIV positivo, mas não sabem que têm a doença.

O governo federal lançou essa semana uma campanha com foco nos jovens incentivando o uso da camisinha e o teste rápido que detecta o vírus HIV em poucos minutos, com material segmentado para gays e travestis. O ministério da Saúde também lançou o Fundo Nacional de Sustentabilidade às Organizações da Sociedade Civil destinado às organizações que trabalham no campo das doenças sexualmente transmissíveis: Aids e hepatites virais. O fundo tem como meta arrecadar recursos da iniciativa privada para financiar projetos sociais de organizações da sociedade civil ligadas aos temas. Fica claro que a Aids é uma doença séria e não dá para descuidar. Apesar de haver tratamento ela não tem cura e ainda faz muitas vítimas pelo mundo.

Isso precisa ser considerado, especialmente pelos jovens."

Portanto, quero fazer um alerta à juventude: cuidado com o nosso HIV, cuidado com a nossa Aids. Temos que fazer com que nós em Santa Catarina e no Brasil tenhamos, sim, um cuidado especial.

Mas também quero, hoje, parabenizar o meu município de Canoinhas, especialmente o prefeito municipal, Beto Farias, juntamente com o vice-prefeito, Vilson Pereira, por apresentarem o primeiro Plano Municipal de Segurança Nutricional.

Canoinhas é o primeiro município no estado de Santa Catarina a apresentar um plano nutricional. O deputado Dirceu Dresch hoje representou a Assembleia Legislativa no evento. Temos certeza de que v.exa. tem alguma contribuição nesse sentido para nos dar.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero parabenizar v.exa. por trazer este tema na tarde de hoje. Santa Catarina estava muito distante dessa discussão, vínhamos cobrando isso. Criamos a Frente Parlamentar de Segurança Alimentar Nutricional e hoje tivemos a felicidade de participar, representando esta Casa, do lançamento do Plano de Segurança Alimentar de Santa Catarina.

Então, quero parabenizar as organizações, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar, a secretaria de Desenvolvimento Social, que tem se envolvido, assim como outros secretários e lideranças, com esse assunto. E o destaque é Canoinhas, o município de v.exa., pois é importante ressaltar e valorizar os municípios que se empenham deste debate, pois parece que Santa Catarina tem uma visão preconceituosa de que aqui não há pobreza, não há problema. Mas eles existem, e quando vamos aos municípios, no interior ou nos bairros das cidades, ainda há muita pobreza que precisa ser enfrentada.

Felizmente o Brasil saiu este ano do mapa da pobreza, mas temos que sempre enfrentar este tema. Então, deputado Antônio Aguiar, parabéns pelo pronunciamento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado pela contribuição, nobre deputado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Não havendo oradores inscritos do PP, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Não havendo oradores inscritos do PCdoB, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo oradores inscritos do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência de oradores do PMDB, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Não havendo oradores presentes do PSD, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público presente, temos hoje muitas visitas, pois está acontecendo o evento da Uvesc, o encontro de vereadores e vereadoras, que estão aqui representando muitos municípios e já estiveram ontem também nesta Casa. Então quero cumprimentar os srs. vereadores e a Uvesc que, mais uma vez, traz este evento à Casa Legislativa de Santa Catarina, ao Parlamento catarinense, justamente para os vereadores também acompanharem um pouco o nosso trabalho, conhecer melhor a realidade do Parlamento e fazer um grande debate sobre diversos temas neste Poder.

Mas quero ocupar hoje o tempo destinado ao nosso partido, srs. deputados, sras. deputadas e todos que nos acompanham, para trazer aqui uma reivindicação que é muito antiga dos prefeitos do Brasil. Felizmente, nesses últimos anos, temos visto muita sensibilidade por parte do governo do Lula e da presidente Dilma Rousseff com os municípios brasileiros, inclusive os municípios do nosso estado, que eram vistos muitas vezes como municípios de fundo de quintal, pois não havia investimento, não havia política.

Antes, os prefeitos e as prefeitas eram recebidos, quando eu ia para Brasília, a cachorro e a cavalo. Esta realidade mudou. Mas esse grande respeito, claro que gradual, nós tivemos dois anos atrás com o aumento do Fundo de Participação dos Municípios pelo governo federal de 1%. E agora a

nossa presidente anuncia mais 1% do FPM nos próximos dois anos.

O que significa isso para os municípios? Significam R\$ 3,8 bilhões até 2016. O aumento será dado em duas partes, 50% em 2015 e 50% em 2016, garantindo que 24,5% do valor arrecadado do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI, sejam direcionados às prefeituras do país, conforme os critérios de densidade demográfica. Para os 295 municípios do estado de Santa Catarina, a medida representará R\$ 70 milhões, em 2015 e R\$ 140 milhões, em 2016.

Em Santa Catarina, a nossa bancada vai à mesma direção. Se quisermos discutir o novo pacto federativo, que tantas lideranças falam, precisamos discuti-lo não somente com a União, mas também com os estados. E a nossa bancada tem uma proposta aqui que defende o aumento de 24% para 27% do ICMS aos municípios. Também o estado abre mão de uma parte para os municípios que contribuem, como a União vem contribuindo com os nossos municípios.

Outro tema importante, e aí é importante essa sensibilidade da presidente Dilma Rousseff, é que ela sancionou a lei que garantiu as renegociações das dívidas dos estados e dos municípios com a União, reduzindo as taxas de juros. Com a renegociação, o governo catarinense deixará de pagar R\$ 10 milhões por mês, o que representa uma economia de R\$ 5,75 bilhões até 2028, quando vence a última parcela de um empréstimo contraído em 1998. Como a medida que tem efeito retroativo a 2013, são R\$ 230 milhões que também serão abatidos da dívida catarinense com a União. Ou seja, R\$ 230 milhões a menos a essa dívida que o estado já tem retroativa a 2013.

São duas medidas importantíssimas que garantem mais recursos para o nosso estado e para os municípios. Fizeram investimentos com recursos próprios e com a projeção de uma dívida pagável e com equilíbrio fiscal.

É, sem dúvida, um grande legado do governo da presidente Dilma Rousseff em respeito aos estados e aos municípios brasileiros. Que bom que nós

temos um tratamento diferenciado nessa relação que a presidente vem tendo com os estados e com os municípios brasileiros. Tanto desse aumento do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - quanto pelo grande volume de recursos que estão sendo transferidos através de projetos nas mais diversas áreas, como foram os projetos de maquinário.

Além disso, há projetos na área da educação como as pré-escolas e as creches. O meu município está recebendo um investimento muito grande para a construção de uma nova escola; investimentos em infraestrutura; em saneamento básico, como é o caso do município de Abelardo Luz, que recebeu R\$ 12 milhões para fazer o saneamento básico; em todo o esgotamento da área urbana de Abelardo Luz, Pinhalzinho, Chapecó; em investimentos que eu destaquei há uns dias para o nosso oeste catarinense. Para as cidades de Chapecó, Xanxerê, Xaxim e Cordilheira Alta foram destinados R\$ 200 milhões para resolver, de uma vez por todas, um problema crônico de Chapecó, que é o investimento da água. É isso que estamos vendo ser realizado, nesses últimos anos, pela presidente Dilma Rousseff, com esse olhar para os municípios, para os estados.

Sem dúvida alguma, negociaram uma dívida lá atrás ou adquiriram uma dívida impagável, com juro altíssimo durante esses oito anos, principalmente, do governo de Fernando Henrique Cardoso, em que o juro disparou em vários momentos. Antes disso, no governo Fernando Collor de Mello, de Itamar Franco, chegando-se a 80% de juros ao mês, e aí os estados adquiriram uma dívida que precisa ser renegociada. Mas essa é a grande novidade dos últimos anos. Ao invés dos prefeitos serem recebidos a cachorro, estão sendo recebidos com qualidade, com respeito, debatendo ou negociando as suas dívidas, com as suas condições de pagamento.

Nos estados, isso é diferente, deputado Valdir Cobalchini. V.Exa. é testemunha do grande investimento que também o governo federal faz aqui junto ao governo do estado. Claro que grande parte

disso é de dívidas adquiridas, mas dívidas com outras condições, condições reais, com juro baixo, com juro equivalente à condição da nossa inflação. Isso é extremamente importante para os nossos estados, pois desta forma dará o devido atendimento à nossa população. Seja em infraestrutura, seja em políticas sociais como investimentos em estruturas, como o nosso hospital regional de Chapecó e tantas outras estruturas que estão aí.

O que nós queremos é que esse recurso seja bem aplicado. Se o estado agora vai poupar R\$ 10 milhões por mês em diminuição do pagamento do juro da dívida, que esse recurso chegue de fato à população.

Nós queremos que o estado faça concurso público - isso foi anunciado pelo governador -, contrate 500 policiais. Mas, deputado Sargento Amauri Soares, se vamos contratar por concurso público de um ano, dois anos 500 policiais, esse número será pequeno, porque, segundo a Aprasc, vão sair 2.300 para a reserva.

É preciso avançar mais, ao invés de 500 policiais, temos que fazer concurso para 1.000 policiais, para tentar recuperar o que está saindo, que os nossos municípios estão ficando sem policiais. A grande reclamação é que estamos sem policiais.

Então é isso: reduzir a dívida, melhorar a condição de pagamento e que esse recurso seja investido para melhorar a qualidade de vida do povo catarinense que está clamando por segurança, por mais saúde e por mais educação em nosso estado. Enfim, esperamos que de fato haja essa recompensa para a nossa população.

Por último, quero dizer que esses investimentos que estão sendo feitos nos municípios, no estado, com um repasse de quase R\$ 12 bilhões, no último período, para Santa Catarina, nós damos condições para beneficiar e melhorar a vida do povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a visita à nossa Casa do vereador Walmor Pederssetti, presidente da Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste, e da vereadora Marlise Villani Perazoli, também daquele município, e de agradecer a presença dos mesmos em nossos recintos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0136/2014 e 0263/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0019/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0021/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0022/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0005/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0159/2014, de autoria do deputado José Nei Ascari, que altera a Lei n° 5.431, de 1978, que declara de utilidade pública o Instituto Pedagógico de Reabilitação Infantil (ISPERE), de Joinville.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0174/2013, de autoria da deputada Angela Albino, que institui a Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar e Eólica e adota outras providências.

Conta com parecer das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0073/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider, que dispõe sobre o serviço de voluntário no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0113/2014, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que unifica o licenciamento ambiental para obras públicas, define prazos para o licenciamento e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Turismo e Meio Ambiente e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0114/2011, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que dá nova redação à alínea "h" do art. 3º da Lei n. 5.867, de 1981, que dispõe sobre subvenções sociais.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0167/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que altera dispositivo da Lei n. 12.278, de 2002, que autoriza a secretaria de Estado da Educação e do Desporto a criar turmas gratuitas de pré-vestibular para alunos da rede pública.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0174/2014, de autoria da deputada Angela Albino, que institui o Dia Estadual do Kung Fu, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0188/2014, de autoria do deputado Antonio Aguiar, que dispõe sobre a criação da Semana Estadual da Dança, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0189/2014, de autoria do deputado Antonio Aguiar, dispõe sobre a criação da Semana Estadual Todos Somos Pedestres - Respeite a sua Própria Preferência.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0210/2014, de autoria do deputado José Nei A. Ascari, que denomina Ederson Constante de Andrade, o Ginásio de Esportes da Escola Estadual Fazenda Olinkraft, no município de Otacílio Costa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0219/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que denomina Escola de Ensino Médio Elfrida Cristino da Silva, a escola

localizada na Avenida Adolfo Konder, s/n, no município de Itajaí.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0229/2014, de autoria do deputado Serafim Venzon, que Institui o Dia Estadual da Cavalgada, no Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em Votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0239/2014, de autoria do deputado Paulo França, que denomina Centro Poliesportivo Adolfo Soares o Ginásio de Esportes da E.E.B. Ivo D'Aquino, no município de Gaspar.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0567/2014, de autoria do deputado Jorge Teixeira, que denomina Haroldo Neumann o Centro de Educação Profissional do Bairro Progresso, de Rio do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0603/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que institui a Semana Estadual de Conscientização ao Uso do Transporte Coletivo e Meios de Transportes Alternativos, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 483, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 484, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 485, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Comunica, ainda, que defere os Requerimentos n.s: 861, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 862 e 865, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 863, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 864, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 866 e 867 de autoria do deputado Aldo Schneider; 868, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 869, 870, 871 e 872, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 873 e 874, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 875, 876, e 877, de autoria do deputado Antonio Aguiar; 878, de autoria da deputada Ada Faraco De Luca.

Moção n. 100, de autoria da bancada do PP, a ser enviada ao presidente da República, ao ministério da Saúde e ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando urgente reajuste da tabela de serviços médico-hospitalares do SUS.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente.

Srs. parlamentares, sras. parlamentares, penso que deve haver unanimidade no que diz respeito a reconhecer essa grande defasagem que já vem há mais de uma década na tabela SUS, principalmente para quem acompanha direta ou indiretamente os serviços públicos de saúde mais conhecido como SUS, todos os prestadores de serviços, seja as prefeituras, as clínicas, os hospitais, os profissionais, todos estão padecendo por essa falta de reposição, pelo menos parcialmente, em vista da inflação que ocorreu nesses últimos anos que ultrapassa a 170% de defasagem.

Portanto, o nosso apelo é que os nossos colegas parlamentares possam aprovar esta moção, sr. presidente, que é suprapartidária no

sentido de que o nosso Congresso, o nosso Fórum Parlamentar, o ministro da Saúde, a própria presidenta tenham a sensibilidade de reconhecer que se não for repostado parte dessa defasagem, os nossos municípios estão a caminho, à beira da falência, bem como nossos hospitais e nossas clínicas.

Portanto, penso que é justo e meritório repor um pouco daquilo que as clínicas e os hospitais estão pagando, pois é uma conta muita alta para manter os serviços de saúde que não são de qualidade.

Sr. presidente, peço aqui e conclamo todos os parlamentares para que nos ajudem a aprovar esta moção que é de interesse de todos os catarinenses.

Fica aqui o nosso apelo, sr. presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação.

Deputado Silvio Dreveck, v.exa., todo o Parlamento e toda a sociedade catarinense tem interesse na aprovação desta matéria. Sabemos das dificuldades e ao mesmo tempo também da extrema necessidade de podermos atualizar esses valores.

Acredito que nós, da bancada do PT, nosso líder, deputado Neodi Saretta, também poderíamos respaldá-la, tendo em vista a importância que isso simboliza para a sociedade catarinense e brasileira.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Certamente. E, se o presidente me permitir, para fortalecermos ainda mais essa solicitação, todas as bancadas, todos os parlamentares poderiam subscrever essa moção, pois mais força teremos, tanto no Fórum Parlamentar quanto para sensibilizar o próprio ministro da Saúde.

Agradeço muito a sua manifestação e o apoio a esta moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, com certeza v.exa. coloca a importância de subscrevermos essa moção, em nome da bancada, com a aquiescência do autor.

É claro que o governo federal fez a repactuação com os hospitais, criou programas novos, injetou novos recursos, mas essa questão da tabela do SUS é uma questão que precisa, de fato, ser resolvida, pois é importante.

Temos mencionado aqui, e já usamos a tribuna em outras ocasiões, por diversas vezes, reiterando essa necessidade e, portando, nos somamos a esse pleito importante para o Brasil, para Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera. Deputado Silvio Dreveck, eu vi e li hoje a intenção de v.exa. em fazer esta moção pedindo o reajuste da tabela SUS.

Quero dizer que a bancada do PMDB, deputado Mauro de Nadal, concorda e pedimos permissão para subscrever essa moção do deputado Silvio Dreveck que acho justa e necessária. Temos que fazer algo para que realmente aconteça esse reajuste da tabela do SUS para o estado de Santa Catarina, visto que há muito não ocorre em nosso estado. Sabemos o quanto isso provoca

dificuldade para a saúde das pessoas.

Obrigado, deputado Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO Aguiar - Gostaria de mais uma vez parabenizar o deputado Silvio Dreveck por essa moção e dizer que já apresentamos, pelo menos, cinco vezes essa moção.

Queria pedir também ao deputado Silvio Dreveck para fazer parte dessa moção e dizer que se trata de uma solicitação importante, não apenas para o Brasil, mas para os hospitais e para quem depende do SUS no estado de Santa Catarina. Chega desses preços aviltantes aos médicos, às enfermeiras, ao pessoal da saúde, que trabalham pelo SUS por um preço que não é digno. Está na hora de tomarmos essa providência.

Parabéns pela moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Drech - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, o nosso líder, deputado Neodi Saretta, já fez a fala em nome da nossa bancada, mas quero também aqui me somar a esta discussão.

Não tenho dúvida de que a saúde e a segurança são dois temas, deputado Silvio Dreveck, que vamos enfrentar com muita firmeza. A presidente Dilma Rousseff já está anunciando medidas em relação ao Mais Médicos, para atender à comunidade. Agora, temos outras

questões de alta complexidade, como o pré-sal, que vai destinar 10% dos *royalties* do petróleo para a Saúde e, com certeza, é muito importante para investir nesse reajuste.

Então, temos certeza de que vamos ter sucesso nos próximos meses, nos próximos anos, no que se refere à Saúde e Segurança.

Agora também precisamos dizer que o Brasil tinha um meio importante de financiamento para a Saúde, que era o Imposto sobre Circulação de Cheques, e que, infelizmente, foi derrubado por muitos dos mesmos que hoje estão reclamando da Saúde. Mas eu sei que v.exa. e o seu partido até ajudaram na época a discutir esse tema, porque sem financiamento, sem fonte de recursos, não há investimentos em políticas públicas.

Neste caso, o pré-sal pode ajudar e, com certeza, a presidente Dilma vai buscar outras políticas e tratar com muito carinho este assunto neste próximo mandato.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Gostaria de cumprimentar o deputado Silvio Dreveck dizendo que é oportuno a cada mês lembrar que o Brasil não cumpre sua missão com a Saúde, que não precisa de financiamento, ela tem apenas que receber o percentual 10%, que o governo não cumpre e também não corrige a tabela do SUS, os hospitais estão quebrados. Isso ocorre no Brasil inteiro. E qual o motivo? O não cumprimento da Constituição, que é a destinação dos 10%.

Isso é apenas para alertar, porque não vai resolver, mas acho que é preciso alertar. Por isso, gostaria de cumprimentá-lo, deputado Silvio Dreveck, e dizer que estaremos juntos nesta missão. Eu acho que o povo não pode pagar essa conta. O povo tem que ser respeitado. É

nessa linha que pretendemos ajudar e contribuir.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação.

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 101, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao presidente do Senado Federal e demais autoridades, apelando para que não aprove a Medida Provisória n. 653/2014.

Em discussão.

O sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, também para esclarecimento, vários colegas já me perguntarem sobre o que trata.

A Medida Provisória n. 653 trata de temas da saúde, de investimentos e outras questões. E tem uma famosa emenda que nós e alguns deputados, inclusive o deputado Caiado ontem chamou na tribuna de emenda Friboi, mas poderíamos dizer emenda JBS, emenda Brasil Foods, que diz respeito aos grandes agroindústrias, deputado Silvio Dreveck, que querem trazer toda a inspeção sanitária para a União, para o ministério da Agricultura, acabando com a inspeção municipal e estadual.

E nós entendemos que isso é inaceitável neste momento. O ministério da Agricultura não tem estrutura, além disso, temos um problema gravíssimo e o presidente Lula tinha uma ilusão de que poderia construir um sistema único facilitado para as pequenas agroindústrias, mas não tem jeito, aquela burocracia do ministério da Agricultura, aqueles técnicos querem tudo

padrão exportação, e as pequenas unidades de agregação de valor não conseguem se adequar.

Nós estamos numa crise lá no extremo oeste, com o Consad, que há seis ou sete anos, quatro agroindústrias conseguiram se credenciar no Suas. No Brasil, se não me engano, são em torno de 20 credenciadas.

Então, não tem jeito e nós queremos que continue como está, os municípios tendo sua inspeção municipal para consumo local da alimentação escolar e tal. Claro que é contraditório ter um a inspeção municipal, estadual e federal, mas enquanto não tivermos algo mais sensível, um processo mais sensível, vamos proibir todas as experiências, as pequenas agroindústrias do nosso interior, que produzem um produto diferenciado. A sociedade quer este produto porque tem um valor, inclusive cultural, um valor histórico de hábitos alimentares e, com essa nova medida provisória iríamos proibir tudo isso.

Então, por isso, somos contra e queremos pedir o apoio de todos os nossos parlamentares para que possamos aprovar esta moção, ao mesmo tempo dialogando como os nossos deputados federais e senadores para que não aprovelem esta medida provisória com a emenda que foi feita.

Claro, deputado presidente, queremos a qualidade dos alimentos, mas não proibir as pessoas de produzir.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de um esclarecimento, deputado Dirceu Dresch. É contra a emenda na medida provisória?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Exatamente. Contra a emenda.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Contra a emenda. Porque ali diz contra a medida

provisória!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Como ela está. Nós queremos que eles rediscutam este tema, mas na justificativa está bem explicado o que é.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Então é contra a emenda na medida provisória?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Isso. Exatamente.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, o deputado Dirceu Dresch fez uma explanação que me chamou a atenção e, ao mesmo tempo, preocupou-me.

Eu penso que este tema, de fato, tem que ser um pouco mais debatido, deputado Dirceu Dresch, porque em Santa Catarina, v.exa. conhece muito bem a pequena pecuária, o pequeno agricultor, e esse projeto, se for aprovado, pode trazer graves consequências.

Eu sugiro, ainda, se v.exa. me permitir, além de encaminhar ao presidente do Senado, encaminhar também ao Fórum Parlamentar Catarinense, que é um suprapartidário, e todos os nossos deputados tem um amplo conhecimento do estado, principalmente das nossas atividades econômicas em se tratando da parte sanitária, de alimentos, e ao mesmo tempo desta inspeção, que como v.exa. falou muito bem, a ideia é excelente, de colocar num único órgão.

Mas como fazer isso, na medida em que não há profissionais e a distância, as exigências são acima do padrão de um consumo nacional para um consumo de exportação e, evidentemente, são outras exigências.

Então, a minha sugestão é sim, dá tempo de se fazer, presidente, e gostaria que o autor

acolhesse, se possível.

Era isso, sr. presidente!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Com a retirada de pauta de outras duas moções de autoria da deputada Ana Paula Lima, a pedido da própria autora, chegamos ao final da Ordem do Dia.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra primeira oradora inscrita, a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Muito boa-tarde aos srs. deputados e as sras. deputadas, àqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação da nossa Assembleia Legislativa.

Vou tratar de um tema muito importante na tarde de hoje. Antes, porém, gostaria de fazer uma justificativa da retirada dessas duas moções de pauta. Gostaria de deixar claro que as duas moções são importantes, srs. deputados, sra. deputada Luciane Carminatti, mas quero debater um pouco mais profundamente este tema com a bancada feminina desta Casa, até porque, trata-se de um tema que relatei no dia de ontem abordando estupros que estão acontecendo na USP, em São Paulo. Tenho certeza de que nós, mulheres, estamos sofrendo, mas a preocupação maior é que esses alunos, que são estudantes de medicina hoje, vão ser os médicos de amanhã.

Então, retirei as duas moções para que possamos debater este tema mais profundamente. E a outra preocupação nossa, srs. deputados e sras. deputadas, é com o que aconteceu ontem no

Congresso Nacional: manifestações agressivas num espaço democrático.

Inclusive, sra. deputada Angela Albino, foi feita uma ofensa muito séria à nossa senadora Vanessa Grazziotin, de uma forma deselegante e estúpida. Realmente não gostaríamos que ninguém se manifestasse daquela forma, com aquele nível de agressividade.

Pior ainda, parece que o PSDB não percebeu que as eleições acabaram e querem ainda fazer o terceiro turno. Vencemos o primeiro, vencemos o segundo e agora eles querem fazer o terceiro turno. Mas não dessa forma agressiva! Eleição se ganha na urna, no voto, e nós lutamos nesse país pela democracia, mas agora querem ganhar no tapetão. Não dá!

Aquele espaço é para debater temas importantes do nosso país e não é assim que os parlamentares eleitos pelo povo brasileiro devem ser tratados.

E pasmem, senhoras e senhores, que se formos verificar, muitos daqueles que estavam lá foram pagos para fazer aquela baderna toda e não tinham nem conhecimento da matéria que estava sendo discutida. Foram lá querendo novamente agredir as pessoas. Na política é preciso cativar e não agredir nem ofender. É no diálogo que se faz o bom debate e o bom combate.

Temos que saber ganhar e perder. Não podia deixar passar em branco esses dois assuntos que me causaram tamanha indignação.

Outro tema que venho aqui debater com a população catarinense é sobre o número de acidentes de trânsito em nosso estado e em nosso país como um todo.

(Passa a ler.)

"Estudos mostram, senhores, que a principal causa de acidentes de trânsito é a imprudência do condutor aliada ao excesso de velocidade.

A imprudência se relaciona de várias maneiras, desde a ansiedade gerada pela

agitação da vida moderna, já que queremos sempre vencer o tempo e, com o carro nas mãos, aumentamos a velocidade, estamos sempre querendo fazer mais. Também passa pelo desejo arrogante de demonstrar poder e autossuficiência, fortemente influenciado pelo *marketing* do individualismo. As pessoas pensam: Eu tenho carro, eu posso, vou aumentar a velocidade! Isso tem causado inúmeros acidentes. A imprudência tem mais um enfrentamento e é muito mais complexo.

Já o excesso de velocidade tem sido combatido de forma objetiva, mais muito simplista mediante o único meio: a fiscalização eletrônica. O raciocínio parece ser esse: a parte mais sensível do corpo humano é o bolso. Mas não é dessa forma que temos que tratar esse assunto. De fato é inegável a ligação direta entre a instalação de radares fixos e móveis e a redução de acidentes, especialmente os fatais.

Contudo, é preciso entender que existe uma série de situações envolvendo a questão do controle de trânsito ou do controle dos excessos individuais no convívio na sociedade de forma geral. Ainda essa noite uma sinaleira aqui em Florianópolis estava com problemas e um motoqueiro morreu. A culpa é da prefeitura ou do estado? Mas uma pessoa morreu. Também existe esse viés que é a falta de controle desses equipamentos. A multa é eficaz, radares fixos e imóveis, na medida em que inibe comportamentos indesejáveis, mas não é efetiva, porque ela não educa, pois se educasse não teríamos tantos acidentes.

Em paralelo à penalidade pecuniária, temos que criar uma nova cultura para o trânsito e para o convívio com a coletividade, temos que respeitar as pessoas, não somente em relação ao cidadão, mas também ao poder público.

É importante verificar a intencionalidade de quem detém o poder. Se o propósito for de minimizar acidentes tudo bem, porque se

relaciona com o superior interesse público. Contudo, pode haver a tentação de simplesmente usar a multa como expediente para melhorar a arrecadação do município ou estabelecer poderosos esquemas de corrupção. O que vou me ater também nesse debate. Por exemplo, em Blumenau a afirmação de que houve uma distorção na aplicação da medida punitiva não é descabida visto que os dados disponíveis mostram que em um mês de operação os novos pardais portáteis, que são os radares e lombadas eletrônicas, registraram 6.246 multas. Tem um pessoal que está escondido atrás da árvore só esperando para multar. Inclusive, um senhor me abordou e reclamou que em Blumenau são aplicadas muitas multas.

Deputado Jean Kuhlmann, quando v.exa. era vereador, era contra os pardais, contra a fiscalização, no entanto, hoje, somente em um mês, foram 6.246 infrações. Blumenau está pedindo que se faça, então, uma campanha educativa, como na época do prefeito Décio Lima, que fazia a campanha da faixa, da cultura da paz no trânsito. Os nossos guardas de trânsito não eram punitivos e orientavam a população. Hoje não se conversa, é na caneta, é no papel, é aplicada a multa e pronto. Está acontecendo muita multa naquela cidade.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Quero dizer que a grande questão é aquela que v.exa. colocou, ou seja, a forma como as pessoas estão sendo tratadas, porque punir alguém que cometeu uma infração tudo bem, agora, de forma escondida, sorrateira, sem respeitar as pessoas, é um equívoco. Por isso, parabéns pela questão, pois realmente é através da educação que se combate os maus motoristas e que se constrói um trânsito eficiente para o futuro. Em Blumenau o motorista não é um criminoso e não merece ser tratado dessa forma.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Se não fosse trágico seria engraçado. Infelizmente, as reclamações vêm bater na minha porta como se eu fosse prefeita. Isso já não acontecia há muito tempo, desde o pedido da lata de leite, dos remédios e agora as multas. O assunto da cidade são as multas. Vejam que foram 6.246 registros de multas na nossa cidade. Eu quero crer que a prefeitura não queira com isso arrecadar mais para a cidade de Blumenau.

Temos que ter mais campanhas educativas, como a campanha da faixa, a campanha da diminuição da velocidade, como tínhamos antigamente. Agora não temos mais nada, agora é só cobrar. E olha que Blumenau é uma cidade ordeira, uma cidade honesta, um povo trabalhador. Precisamos ter mais diálogo com a população. E ainda temos esse negócio que envolve os radares, como no caso de Florianópolis, da Operação Ave de Rapina, que está sendo instalada para averiguar um grande esquema de corrupção, inclusive estão envolvidos vários vereadores da capital que estão depondo na Polícia Federal, pois realmente houve um esquema de corrupção muito grande na instalação de radares.

Então, temos que conversar com motoristas, temos que educar para o trânsito. Gera-me dúvidas essas multas desenfreadas, esses radares eletrônicos, que já mostraram que não são eficientes e, sim, que há outra vertente que a gente não gostaria que tivesse.

Sr. presidente, eu volto a esse tema porque temos que aprofundar bastante esse debate. Este Parlamento não pode ficar ausente de temas dessa natureza.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr.

presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero registrar a presença dos vereadores de Novo Horizonte, de São Lourenço e de Coronel Martins, que estão aqui nos acompanhando nesta sessão, juntamente com o prefeito de Marema.

É importante fazer aqui uma referência à data de ontem, 2 de dezembro, numa homenagem ao nosso Ari Barroso, quando temos a comemoração do Dia do Samba, que se comemora inicialmente no Rio de Janeiro e em Salvador.

Eu quero me manifestar, deputada Ana Paula Lima, sobre a questão das multas, fazendo um *link*, já que estamos na era das redes sociais, com a manifestação de v.exa.

Em Chapecó não é diferente, pois se fizermos o cálculo de lombadas físicas com lombadas eletrônicas e radares, chegaremos num patamar de quase um equipamento por quadra. Isso significa que nós temos um grande desafio. Eu acredito que a cidade precisa ser pensada do ponto de vista da segurança das pessoas, da educação, mas também da mobilidade. E o que nós lamentamos, quando fazemos uma análise do que está acontecendo, é que estamos chegando à situação de Florianópolis: com duas empresas denunciadas, um Poder todo sendo investigado com 18 vereadores envolvidos. E, diga-se de passagem, o PT não está envolvido nisso! Mas em letras garrafais a imprensa tem denunciado, praticamente, todos os vereadores.

Enfim, aqui mostra um viés já determinado do jeito como se interpreta e divulga. E por trás dessas empresas, temos gente ganhando muito dinheiro com as multa. E isso que a deputada Ana Paula traz aqui é uma denúncia, porque mostra que algo está errado. A educação não está funcionando do ponto de vista de prevenção, de evitar que o cidadão cometa uma infração. Assim sendo, cabe aqui um grande debate sobre essa relação, cada vez maior, de corrupção envolvendo essas empresas de radar. E o comportamento humano não se modifica!

Quero também me manifestar em relação ao

episódio acontecido no dia de ontem - e não podemos ficar indiferentes, pois foi algo muito grave, na minha avaliação -, quando a senadora Vanessa, do PCdoB, foi chamada de vagabunda, essa é a palavra, por uma das 26 pessoas que lá estavam e que estão sendo investigadas, inclusive a dona Rute, aquela senhorinha de 79 anos que nas redes sociais aparece ao lado de Aécio. Por sinal, depois do ocorrido, o senador Aécio deu uma entrevista falando do lamentável episódio em que essas 26 pessoas, quem sabe a seu mando, tumultuaram e impediram uma votação.

Manifesto-me aqui porque já vi as galerias desta Casa muitas vezes lotada de professores, de servidores e de lideranças de todas as áreas. Isso é bom, pois esse é um espaço do povo brasileiro e catarinense. Agora, não posso admitir que uma vereadora, deputada, senadora, enfim, que uma liderança que esteja no exercício do seu mandato, seja chamada assim, porque daí já há uma carga de preconceito, discriminação e violência. Lamento profundamente! Que bom que esse time do ódio não ganhou a eleição porque, obstruir uma votação usando desse tipo de comportamento, Deus me livre! O que fariam numa Casa legislativa, no Poder Executivo se tivessem ganhado? Que bom que o povo brasileiro escolheu quem é mais educado e quem faz uma política de ideias, não uma política raivosa, na base do ódio.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputada, diversas vezes fui a Brasília fazer manifestações para conseguir as 30h para a enfermagem, as 40h para os trabalhadores, para a isonomia dos policiais, dos fiscais, na marcha das margaridas. E nunca vi o senador Aécio, o Ronaldo Caiado fazerem qualquer manifestação no sentido de proteger aquelas

mulheres, nunca os vi subindo as escadas para ficar ao lado das pessoas que se manifestavam. Mas ontem a conduta foi outra, vi os senadores ao lado daqueles manifestantes, baderneiros. Da forma como os manifestantes falavam com os parlamentares, dava para ver que não foram lá discutir o projeto, mas ofender as pessoas, porque não sabiam nem o que estavam votando. E esse pessoal que não ganhou as eleições quer ainda participar do terceiro turno! Mas não podemos deixar passar isso. Respeitar a democracia é isso. Respeito aquela senhora, por ser mulher e idosa, mas a forma como tratam as outras pessoas!

Queremos a cultura da paz, do debate, do diálogo, das ideias. Parabéns pela sua manifestação. A situação de ontem foi desagradável para o nosso país!

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Com certeza, deputada!

Quero ainda me manifestar com relação à Conferência Nacional de Educação que aconteceu do dia 19 a 23 em Brasília, da qual participei representando esta Casa Legislativa, que definiu várias ações que vão traçar o futuro da educação brasileira, com a regulamentação de todo o Plano Nacional de Educacional.

Neste ano, tivemos a aprovação do Plano Nacional de Educação, que estabelece 20 metas e objetivos para a década que serão construídas com os municípios e estados brasileiros. A Conferência Nacional de Educação de 2014 apontou o desafio de regulamentar este plano. E vem por aí todo o debate sobre como vamos cumprir essas metas, os prazos, de como vamos atender as crianças, de como avançamos ensino técnico, profissionalizante e superior, como garantir um piso na carreira do magistério e como conseguir garantir uma gestão democrática da educação.

Foi uma conferência extremamente rica, com praticamente 3.000 participantes. A presidenta Dilma esteve presente no segundo dia. Foi

extremamente aplaudida e reconhecida pelos grandes investimentos que está fazendo e que optou por fazer para o segundo mandato, como ela mesma disse, colocando a educação como a prioridade das prioridades. Então, quero socializar essas informações e dizer que teremos grandes desafios pela frente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, quero saudar os vereadores e as pessoas que participam do encontro de vereadores e que se encontram nesta Casa.

Hoje, pela manhã, acompanhamos às 9h a abertura do Encontro Estadual de Vereadores, com mais de 400 vereadores presentes. É muito importante esse trabalho de apoio, orientação, debate, principalmente neste momento em que o Brasil deve passar por mudanças, maior fiscalização, rigor e combate à corrupção. Por isso deve haver uma aproximação dos vereadores que, além de legisladores, são fiscais da lei como o Ministério Público, o Tribunal de Contas e todos os órgãos de controle da atividade pública.

Também assomamos esta tribuna para lamentar o falecimento, no dia de ontem, do prefeito de Romelândia, sr. Elizio da Fonseca, que já há 3 ou 4 meses estava afastado das suas atividades em tratamento de saúde. Já falei desta tribuna da questão da depressão, que é uma doença profunda, grave, silenciosa e que tem atingido muitas pessoas, muitas vezes a família nem percebe a situação.

O prefeito de Romelândia, Elizio da Fonseca, estava com esse problema de depressão já há vários meses. O problema foi se agravando. E ontem ele foi encontrado morto, enforcou-se em sua própria residência.

A depressão é uma questão de saúde pública e o estado precisa olhar com muita atenção o tratamento da depressão. É preciso ações públicas de atenção e especialmente de tratamento. É uma doença difícil de ser tratada, o paciente precisa de um acompanhamento psicológico, de orientação e, muitas vezes, do uso de medicamentos, mas mesmo assim acaba levando algumas pessoas ao suicídio.

Ontem ainda falava com um vereador amigo que enfrenta um problema de depressão na família e muita atenção é necessário para que fatos graves não venham acontecer. Queremos lamentar a morte do prefeito Elizio da Fonseca, que conhecia.

Também queria registrar hoje a nova lei que põe fim aos fumódromos. As leis estão, a cada dia, mais rigorosas no combate ao uso do cigarro e a sociedade tem que se adaptar a essa questão, o comércio, os hotéis, os bares, os restaurantes. A lei está mais abrangente no combate ao uso do cigarro. Então é necessário que toda a sociedade se adapte.

No último sábado, houve um evento no município de Descanso, no oeste catarinense, e as entidades da saúde que trabalham no combate ao câncer e ao uso do cigarro fizeram uma reunião em comemoração por todas as pessoas que conseguiram deixar o vício do cigarro, inclusive com um almoço para as famílias das pessoas que têm o problema do vício, do uso do cigarro e, principalmente, com as pessoas que já tiveram problemas mais graves, já que mais de 90% dos casos de câncer de pulmão estão relacionados ao uso do cigarro, ao uso do tabaco.

Então, agora tivemos a aprovação da Lei n. 12.546, conhecida como a Lei Antifumo, que conta com aprovação de representantes da saúde e do comércio. Além disso, a legislação será mais rígida com a publicidade. Hoje, a publicidade do uso do cigarro já está quase a

zero e tem que ir a zero, e também com ações e a não permissão de locais para a utilização de cigarro por parte dos fumantes.

Então, daqui a alguns dias vai ficar restrito à área particular, inclusive nas áreas comuns dos condomínios, de acordo com a nova lei. Não poderá fumar no interior de bares, boates, restaurantes, lanchonetes, escolas, universidades, museus, bibliotecas, espaço de exposições, casas de espetáculos, cinemas, hotéis, teatros, pousadas, shows, açougues, farmácias, drogarias, supermercados, *shopping*. Nós temos que adaptar o estado, a nossa cidade a essa questão do combate do uso do fumo nos locais onde, às vezes, as pessoas não percebem do mal que estão fazendo para si e para as demais no local e acabam fumando.

Então, ficam registrados esses dois fatos: a nova Lei Antifumo, suas proibições e também a questão da nossa preocupação com a saúde. O deputado Silvio Dreveck falou muito, hoje, sobre o SUS, para aumentar o pagamento aos hospitais, para tratamentos como da depressão, que também deve ser preocupação dos órgãos estaduais, federais e municipais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera)- Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queria fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

